



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

4 MASSAS

ÓRGÃO BISSEMANAL DO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL
ANO 19 - Nº 358 - DE 16 A 29 DE MAIO DE 2008 - R\$ 2,00

O capitalismo em crise revela seu esgotamento para alimentar seus escravos. Só o fim do capitalismo porá fim à fome.



Roraima: Conflito pela demarcação derruba ministra **Congresso da Conlutas**



Estudantes em Londrina lutam pelo espaço do DCE



Greve de motoristas de ônibus em Fortaleza

A farsa do chamado tripé: ensino, pesquisa e extensão

Bolívia: depois do plebiscito da direita, o quê?

Prossegue o conflito indígena em Roraima

Em sua própria reserva, índios são repelidos a tiro. O fazendeiro, arroteiro e prefeito de Pacaraima, Roraima, Paulo Cezar Quartieiro, ordenou a seus capangas atirarem contra os índios que derrubaram a cerca e ocuparam as terras griladas.

O conflito ocorreu logo após o governador de Roraima obter liminar no Supremo Tribunal Federal (STF) suspendendo a retirada dos grileiros da reserva Raposa Serra do Sol.

Um complô de militares, justiça, governador e partidos conspiram contra a demarcação contínua e protegem os interesses dos grileiros. No STF, os juízes estão propensos a rever a homologação feita pelo governo Lula e a transformar a demarcação de contínua para descontínua (ilhas). Os índios decidiram ocupar as terras griladas de Quartieiro como forma de defender a demarcação. O tiroteio contra os ocupantes e os ferimentos em uma dezena deles mostram que os fazendeiros estão preparados para a violência.

Não houve outra saída para o governo federal senão autorizar a Polícia Federal a prender o fazendeiro. A prepotência de Quartieiro repercutiu sobre o STF, que não teve como deixar de autorizar a ação repressiva. Politicamente, o ataque aos índios repercutiu negativamente ao complô. Está claro que o



STF necessita amenizar o choque para ir adiante com o objetivo de revisão da demarcação contínua.

O fundamental da disputa

Demarcação alguma acabará com opressão sobre a maioria da população indígena. Sob o capitalismo, nenhum povo submetido por outro e nenhuma classe social explorada terá como se livrar da opressão.

O que está em jogo na demarcação é a disputa de interesses de frações capitalistas - entre elas atua o capital estrangeiro (imperialista). ONGs servem de

canal para as pressões internacionais em favor de uma Amazônia desnacionalizada.

Assim, todos os agentes do imperialismo devem ser expulsos do Brasil. Mas a burguesia brasileira não quer se indispor com os seus amos. Evidentemente, os argumentos nacionalistas dos militares e dos fazendeiros contra a demarcação contínua são hipócritas. Não tem como desconhecer que os generais brasileiros são cães de guarda das multinacionais e dos interesses das potências.

O general Heleno, que levantou a bandeira de soberania da Amazônia contra a demarcação contínua, comandou as tropas de intervenção no Haiti. Por cima dele estava o comando da ONU e sobre o comando da ONU estava o comando dos Estados Unidos.

O fundamental do conflito se concentra na disputa de grupos capitalistas em torno da exploração da riqueza da Amazônia. Quem tutelar os índios terá melhores condições para o saque.

Só há uma real solução para os povos indígenas e para o uso planejado das riquezas naturais da Amazônia: derrubar o poder da burguesia e conquistar a propriedade coletiva dos meios de produção, que inclui as terras.

Tribunal comprado por assassinos

Vitalmino Basto Moura foi condenado, em maio de 2007, a 30 anos de prisão, por ter mandado jagunços matarem a missionária Dorothy Stang, em fevereiro de 2005, em Anapu, Pará. Agora, 6 de maio, em um segundo julgamento, o Tribunal de Júri de Belém, o absolveu. Os jagunços presos mudaram seus depoimentos, inocentando Vitalmino. Venceu o dinheiro. De nada adiantaram as manifestações de agricultores exigindo justiça; de nada adiantou Dorothy ser norte-americana e religiosa, conhecida por atuar junto aos camponeses no conflito de posse da terra contra fazendeiros.

Os pistoleiros ficarão presos por

algum tempo, terão proteção dos fazendeiros junto ao cárcere e à justiça. Nisto reside o acordo. A regra é a justiça proteger os grandes proprietários. Inumeráveis são os casos de matança de camponeses, líderes de movimento e ativistas religiosos que passam impunemente. O mais famoso é o caso do seringueiro Chico Mendes. Seus assassinos "cumprem" "pena" em liberdade.

Mas o mais escandaloso caso de proteção a assassinos de trabalhadores foi o das chacinas de Corumbiara e Eldorado dos Carajás.

Fazendeiros e policiais mancomunados, governos e partidos burgueses

estão unidos contra a luta dos pobres e oprimidos.

Só há uma maneira dos explorados se protegerem contra jagunços, milícias e polícia: organizar no movimento a autodefesa. Reclamar da justiça dos homens e confiar na "justiça de Deus", como querem os religiosos, significa perpetuar a fome da maioria, as opressões e os assassinatos.

A justiça virá com a luta revolucionária pela expropriação da grande propriedade e sua transformação em propriedade coletiva. De nada valem as mortes se não for para nos ensinarem o caminho da luta de classe e a necessidade de organização da autodefesa.

Crise de alimentos

No jornal Massas 357, tratamos da crise alimentar e da revolta das massas famintas. Retornamos ao problema, dado sua importância para a luta anticapitalista.

Nos últimos três anos, os preços dos alimentos no mercado mundial subiram em média 83%. Alimentos básicos como arroz, trigo e milho tiveram alta de mais de 180%, no mesmo período.

Manifestações de famintos em várias partes do mundo assinalam a crise de alimentos. Cerca de 30 países passaram, nos seus principais centros urbanos, por combates de rua e saques. Nesse quadro social, chama atenção o estado de miserabilidade da África. A maioria de seus 936 milhões sobrevive com menos de 1 a 2 dólares ao dia. Miséria e fome são o cotidiano de milhões.

Como não poderia deixar de ser, organismos da ONU, FMI, Bird e Bid alertaram para o perigo social que corre o capitalismo, caso a crise de alimentos se amplie ainda mais. O objetivo da ONU é angariar mais fundo assistencialista para distribuir alimentos. Nota-se que o velho recurso de mitigar a fome de milhões de africanos e asiáticos com migalhas que mal assentam nos vazios do estômago pode não mais dar conta se o capitalismo continuar a destruir a natureza e a substituir o cultivo de alimentos pelo das plantações voltadas para a extração do etanol e biodiesel.

Em meio à alta de preços dos alimentos, a manifestações, às medidas governamentais de proibição de exportação e às crises políticas, emergiram os interesses econômicos, que se traduziram em discordâncias intercapitalistas. Acusações de lá e acusações de cá – todos querendo proteger seus negócios e capitais. A fome de milhões é, assim, tão-somente resíduo. Interessa aos exploradores apenas quando as massas se levantam e indicam que já não conseguem sobreviver sob o capitalismo.

Mas afinal quem é o culpado? O custo elevado do petróleo, que encarece o custo de produção de alimentos? A plantação voltada ao etanol, que invade áreas de cultivo de alimento? A China e Índia que, com o crescimento, incorporaram ao consumo milhões de trabalhadores? O desequilíbrio climático, que reduz a



produção? O modelo agrário de países continentais, como o do Brasil, baseado no latifúndio, que inviabiliza a pequena e média produção de alimentos e intensifica a monocultura? As Bolsas de Valores que, com o mercado do futuro, permitem especular com os preços dos alimentos? O protecionismo dos Estados Unidos e da Europa, que dificulta o avanço da agricultura no resto do mundo? A ONU que pôs de lado a FAO, que é responsável pela “segurança alimentar” do mundo e deu primazia à OMC, que passou a tratar a questão agrícola apenas da ótica comercial?

Na realidade econômica, todas essas questões estão interligadas. Mas o fundamental é que a agricultura sob a forma da grande propriedade e do capital indicou seus limites. O agronegócio é mundialmente controlado por um punhado de multinacionais. Está condicionada ao capital financeiro e ao jogo especulativo nas Bolsas de Valores.

Em entrevista à Folha de São Paulo, o economista francês, diretor da Escola Superior de Agricultura de Angers, faz as seguintes considerações: “O esgotamento dos recursos naturais faz com que a revolução agrícola dos anos 1960, que usa muita terra, água e energia, não possa ser levada adiante num período de escassez”. “A química já deu à agricultura tudo o que podia no século 20, com os fertilizantes, os fungicidas, os inseticidas e os herbicidas. Hoje ela custa muito caro em termos de energia e acabou poluindo o solo e as águas. Em matéria agrícola, o século da química está chegando ao fim e é preciso deslanchar o da

biologia”. “Mas, se continuarmos com essa política insensata de queimar cereais ou oleaginosos em nossos motores, esse erro inicial dos agrocombustíveis de primeira geração vai de fato tornar-se crime”. “Estamos chegando aos limites dos recursos do planeta, tudo que antes era abundante se torna limitado. É preciso saber produzir com menos e parar de degradar o clima”.

Como economista do sistema, irá procurar soluções nos marcos das relações capitalistas (pequena agricultura, retomar o trabalho camponês, subsídio universal aos produtos agrícolas, frear a erosão do clima, parar com o uso dos cereais e oleaginosos para etanol e biodiesel, pôr fim ao desperdício). Falácias. Não há como retroceder ou disciplinar o avanço da concentração monopolista da agroindústria por meio de medidas capitalistas.

A crise de alimentos não fez senão ressaltar as contradições insolúveis entre as forças produtivas e as relações de produção; entre a produção monopolista e a vida das massas mundiais. 850 milhões de seres sobrevivem, no mundo, abaixo da pobreza absoluta. Esse é o ponto de partida do problema alimentar. Na América Latina, com seu enorme potencial agrícola, estão na pobreza 209 milhões de pessoas, e cerca de 54 milhões passam literalmente fome.

A ONU/FAO estabeleceu metas de redução do número de miseráveis. Considerou a fome de milhões o problema humanitário número 1. A burguesia mundial precisa mostrar algum índice positivo de diminuição da miséria. Mas



vem fracassando. A crise de alimentos é apenas um agravante da barbárie social. A exploração do trabalho e a necessidade de aumentar a concentração de capital inviabilizam qualquer esforço assistencialista da burguesia. Não há esparadrapo para essa gigantesca ferida. Ou o capitalismo cede passagem para a propriedade social (coletiva), ou ampliará a barbárie já existente em escala inimaginável.

É sintomático que em meio à tamanha crise alimentar venham à tona da-

dos apresentados por economistas da ONU, Bird, Bid etc. Eis algumas conclusões e dados: “Quatrocentos cientistas e especialistas de todo o mundo fizeram parte do esforço de pesquisa e concluíram que os países latino-americanos usam apenas 25% da capacidade agrícola da região”. “(...) o Brasil, na América Latina, tem o maior estoque de terras aráveis do mundo, com 576 milhões de hectares” (representa 30% de toda terra arável do planeta). Mas mais de 30% da população miserável

no campo não têm terra para cultivar”.

Neste quadro, o Brasil se destaca tanto em potencialidade agrícola quanto em miséria dos camponeses pobres (com e sem-terra). Ocorre que a grande propriedade e o monopólio agroindustrial impõem um padrão de exploração e lucratividade que bloqueiam o livre desenvolvimento das forças produtivas agrárias. A tendência é das multinacionais avançarem ainda mais sobre as terras cultiváveis e agravarem a crise alimentar.

As massas famintas em luta terão de acabar com a propriedade privada dos meios de produção. A alta concentração monopolista mundial da produção mais do que amadureceu as condições para a revolução comunista. As forças produtivas altamente desenvolvidas devem ser compatibilizadas com a propriedade social. Assim, será possível planejar a economia como um todo. A agricultura será reestruturada e estará voltada para as necessidades essenciais da humanidade. Está aí por que a tarefa mais urgente é construir o partido mundial da revolução socialista.

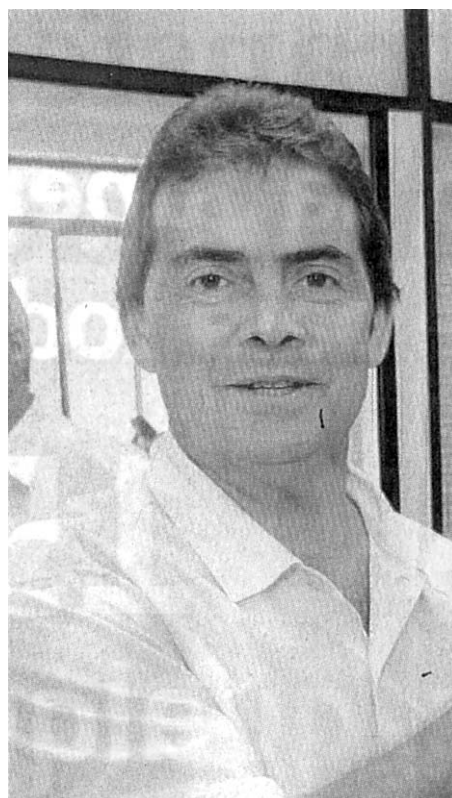
Paulinho, bandido

A Operação Santa Tereza, da Polícia Federal, revelou que o chefe da Força Sindical e deputado federal pelo PDT, Paulinho, está envolvido em desvio de dinheiro do BNDES. Está implicado também o vice-presidente do PDT, José Gaspar e a administração municipal de Praia Grande, do PSDB.

Uma quadrilha montada de dentro do BNDES se ramifica por escritórios de advocacia, prefeituras, empreiteiras etc. Cerca de R\$ 2,6 bilhões foram saqueados dos cofres públicos e distribuídos entre os ladrões, no meio deles o sindicalista Paulinho.

Uma outra fonte de corrupção é a ONG Meu Guri, dirigida pela mulher de Paulinho. R\$ 1,2 milhão é a doação do BNDES. Acobertado pelo assistencialismo e pela roupagem da ONG, os ladrões se locupletam.

A Força Sindical foi criada para combater o “radicalismo” da CUT e praticar o sindicalismo de resultados. Finalmen-



te, as burocracias da CUT e da Força confluíram para o mesmo terreno de sustentação do governo Lula. A CUT se submeteu integralmente ao Estado, e a Força, que já nasceu estatal, adentrou aos esquemas de quadrilha, como se mostra agora.

A burocracia age em favor dos interesses capitalistas e de seus governos. Para isso, constitui-se como casta privilegiada. A corrupção é inerente ao Estado, à política burguesa e à burocracia sindical.

No final das contas, os ladrões continuarão soltos, em troca dos impagáveis benefícios prestados aos exploradores.

A política revolucionária do proletariado objetiva expulsar a pontapé todos esses canalhas que fazem da pobreza das massas e dos sindicatos um meio de negociar interesses particulares com a burguesia e seus partidos.

Sobre o Congresso da Conlutas

Nos dias 3 e 6 de julho, a Conlutas realizará seu 1º Congresso. Os organizadores esperam dar mais um passo no seu fortalecimento.

A Conlutas se originou como movimento de rompimento com a Central Única dos Trabalhadores (CUT), por iniciativa política do PSTU, sob argumento de que se tornara “chapa branca” com sua integração no governo de Lula. Em 2006, foi realizada a Conferência Nacional dos Trabalhadores (Conat), que aprovou a cisão e constituição de uma nova organização sindical e popular (na realidade, não bem definida).

O POR atuou no sentido de não se confirmar a divisão e de se constituir uma fração revolucionária programática para combater, no interior dos sindicatos e da própria CUT, a burocracia e a estatização.

O Conat constituiu uma coordenação, mas não aprovou um estatuto, necessário para definir seu caráter e funcionamento.

No mesmo processo, houve uma outra ruptura com a CUT, impulsivada partidariamente pelo PSOL, constituindo a Intersindical. A Conlutas/PSTU trabalha na perspectiva de atrair a Intersindical.

Assim, é bem provável que não se dê importância aos estatutos da nova organização devido à espera de solução das divergências na Intersindical em torno da fusão. Tanto é que, em abril, a Intersindical fez um Encontro Nacional para decidir sobre a participação no 1º Congresso da Conlutas. As divergências foram acirradas, ao ponto de não se levar a bom termo a proposta de fusão. A decisão ficou adiada.

Um dos pontos da discussão foi o do caráter da Conlutas. A quase unanimidade no Encontro Nacional de que era preciso definir o caráter sindical da nova organização – contra o caráter sindical, popular e estudantil dado até agora à Conlutas – só serviu para que

o setor contrário à fusão endurecesse sua posição.

Zé Maria, da Coordenação da Conlutas e destacado membro do PSTU, diz que é preciso “paciência e generosidade políticas” para se chegar à fusão. Reconhece que há divergências e ressalta as convergências. Tudo no abstrato, evidentemente.

O fato é que ainda desta vez se frustrou a tentativa de fundir a Conlutas e Intersindical. O exitismo do 1º Congresso estaria garantido antecipadamente se o setor da Intersindical, ligado ao PSOL, tivesse conseguido aprovar sua proposta de participação. Entendemos que a paciência e a generosidade soltas ao vento por Zé Maria, salvo engano, estejam dizendo que não será ainda desta vez que se consagrará a definição programática, estatutária e organizativa da Conlutas.

Como a ruptura com a CUT não se deu por um processo de luta de massa, mas por decisão do comitê central do PSTU, apoiado em algumas dezenas de sindicatos sob seu controle, a fusão com a Intersindical virá por meio de negociações de cúpula e de aparelhos. A Conlutas necessita desesperadamente de um acordo desse tipo para fortalecer o aparato sindical e para justificar a decisão de dividir a CUT.

Em forma de um balanço genérico, o jornal “Opinião Socialista” avalia que “avança na base a ruptura com a CUT” e que “importantes entidades sindicais se desfiliam enquanto nas categorias cresce o desgaste das direções ligadas à CUT”. Esta apreciação demonstra bem o erro de dividir a Central em lugar de constituir a fração revolucionária opositora à burocracia.

Com a política de desfiliação de uma porção de sindicatos da CUT e de filiação na Conlutas se espera derrocar a burocracia vinculada ao PT. Por esse caminho, a Conlutas só se fortalecerá constituindo uma nova burocracia, inicialmente de aparência pseudodemocrática, e, em seguida, autoritária.

Não será com a somatória de sindicatos desfiliações da CUT que se porá em pé uma organização de massa, independente e revolucionária. As massas em luta aberta contra a classe capitalista expulsarão a burocracia da direção dos sindicatos, derrubarão a cúpula vendida das centrais estatizadas e criarão amplas organizações vinculadas à ação direta.

O partido do proletariado tem o dever de expressar e mesmo antecipar as necessidades organizativas das massas. Mas não será cindindo a CUT e sindicatos (a burocracia criará novo sindicato onde perder com a desfiliação) e criando um novo aparato que se expressará o combate contra a burocracia e sua política de conciliação de classe.

É preciso entender o processo de estatização da CUT. Ela vem com a ascensão do PT/Lula ao poder. Ou seja, com as ilusões democráticas da classe operária, dos pobres e oprimidos da cidade e do campo em solucionar seus problemas por meio de um partido e governo mascarados de reformistas. Confirmou, por essa via política, a tese de Trotsky que os sindicatos da época imperialista do capitalismo ou estarão em guerra aberta contra a exploração ou estarão estatizados por uma direção aburguesada. A tarefa que propõe não é de criar novos sindicatos ou centrais, mas de combater pela independência e democracia sindicais, para opor a luta dos explorados aos aparatos burocráticos. Se for necessário criar novas organizações, a luta das massas indicará o caminho.

O POR expressou essa posição perante o PSTU e os agrupamentos que a ele se alinharam pela cisão. Em todo momento nos opusemos às campanhas de desfiliação. Contudo, não deixamos de atuar em frente única contra a burocracia cutista, tanto nas lutas como nas eleições sindicais.

PT se submete aos velhos inimigos da classe trabalhadora no RN

Os acordos eleitorais ocorridos no RN são reflexo de uma política nacional, em que o PMDB é a base maior de sustentação do governo Lula/PT.

Durante todo o processo de discussão das prévias internas do partido, apresentaram-se dois candidatos à prefeitura de Natal pelo PT, que eram o deputado estadual Fernando Mineiro e a deputada federal Fátima Bezerra. O nome aprovado pela maioria do partido foi o de Fernando Mineiro. Como o partido pretendia manter o apoio do governo municipal Carlos Eduardo (PSB), negou a decisão e passou a aceitar o candidato “indicado” pelo prefeito, que era o de Virgínia, secretária do governo e filiada ao PT.

Só que o zigue-zague do PT não pára aí: o PMDB (Garibaldi Alves) indicava outro nome para a prefeitura em troca de seu apoio. Como o candidato que se apresentava no partido não tinha chances, o nome imposto pelo PMDB ao PT foi o da deputada petista Fátima Bezerra, que já havia sido rejeitada nas prévias do partido.

Fátima Bezerra, que antes de ser deputada era professora, montou sua car-

reira política na direção do Sinte (Sindicato dos Trabalhadores em Educação) fazendo oposição eleitoral às práticas das oligarquias Maias e Alves. Eram denúncias de corrupção, sucateamento dos serviços públicos, baixos salários etc. E suas denúncias culminavam chamando os trabalhadores a não confiarem nas oligarquias, escolhendo candidatos que defendessem os trabalhadores. Agora oligarquia e PT estão de braços dados pela prefeitura de Natal.

COMO O PMDB IMPÕE CANDIDATO AO PT?

O Partido dos Trabalhadores no estado sempre foi muito fraco eleitoralmente, e o fato deste ter o apoio do PMDB e PSB não o deixou mais forte, pelo contrário, comprova sua fragilidade, uma vez que nem mesmo o nome indicado pelo partido foi respeitado internamente. Essa aceitação é parte dos acordos em nível nacional para as eleições de 2010. Tanto que a determinação partiu do governo Lula. Durante as últimas eleições, o PT aliava-se com o PSB de Wilma de Farias, que é parte da oligarquia Maia. A justificativa apresentada era de que o

PSB era mais democrático, que era um setor progressista na história política do RN, e “combatia” os setores da oligarquia Alves. Hoje “em nome dos interesses de Natal” estão todos juntos.

E como fica Fernando Mineiro após ter sido indicado pelo partido? Agora faz um chamado a militância para arregaçar as mangas e que eleição se ganha nas ruas. Nada mais falso. A candidatura do PT tem a estrutura da prefeitura, governo do Estado e governo federal e das oligarquias do RN. O chamado do deputado Fernando Mineiro é o canto da sereia para enganar a militância de base que ainda resta no PT.

Essa aliança com tudo que é de atrasado no RN mostra o fracasso eleitoral do reformismo petista que, para tentar chegar à prefeitura, submete-se às imposições dos velhos inimigos dos trabalhadores.

O POR sempre denunciou e explicou para a classe trabalhadora o papel traidor do reformismo, sempre mostrando que é agentes dos interesses da burguesia, que mais cedo ou mais tarde acabaria nos braços daqueles que oprimem a classe trabalhadora.

Faixa do POR na Manifestação do 1º de Maio em São Paulo:

1º de Maio: Resposta Proletária à Crise capitalista:

- **Fim da fome: Salário Mínimo Vital de R\$ 2.750,00**
- **Fim do desemprego: Escala móvel das horas de trabalho (divisão do trabalho disponível sem redução salarial)**
- **Terra aos sem-terra, expropriação do agronegócio e controle operário da produção e distribuição**
- **Ensino público e gratuito a todos e em todos os níveis, laico, científico, que una a teoria e a prática. E fim do ensino pago. Estatização sem indenização da rede privada, controle pelos que estudam e trabalham.**
- **Internacionalismo proletário. Governo Operário e Camponês. Revolução Proletária**

Eleições da Apeoesp: boletim da Corrente Proletária na Educação

Reproduzimos abaixo o boletim de campanha dos candidatos da Corrente Proletária na Educação às eleições regionais da Apeoesp

Eleições da APEOESP: combater a burocracia do sindicato

Nesse ano, haverá eleições para diretoria da APEOESP. Como em outros anos, haverá dois pólos opostos: um, da Articulação, ArtNova e Corrente Sindical Classista, que representa a burocracia colaboracionista em nosso sindicato; e o outro, da oposição, que congrega um conjunto de correntes oposicionistas. Desses pólos, surgiram duas chapas. A Chapa 1 é a chapa da conciliação com o governo, da pressão parlamentar, e a que tem levado, anos após ano, as der-

rotas para a categoria. A Chapa da Oposição Unificada é a chapa que reúne as melhores condições de derrotar a burocracia encastelada em nosso sindicato e garantir que a luta pelas reivindicações seja retomada.

Nós, da Corrente Proletária na Educação (POR), participamos da Convenção para a formação da Oposição Unificada. Nessa, discutimos o programa e o votamos. No entanto, por discordamos do método adotado para a composição

da chapa (método estranho à soberania da Convenção), não fazemos parte dela. Por isso, chamamos o voto crítico na Chapa da Oposição Unificada, por seu programa expressar o combate à burocracia e a defesa da reivindicações.

Estas eleições serão também para a escolha dos conselheiros. Nas regionais, a Corrente Proletária lançou suas candidaturas para o Conselho e está atuando com outros grupos da Oposição Unificada.

Porque chamamos o voto na chapa Oposição Unificada

1. A unidade da oposição é uma aspiração de um contingente significativo de trabalhadores da educação que não suporta mais a direção majoritária desmontando, todo ano, as mobilizações em torno da Campanha Salarial.

2. A unidade dos setores oposicionistas nasceu da necessidade de enfrentar as medidas governamentais e defender as reivindicações da classe. Partiu da caracterização de que a atual

direção (Articulação, ArtNova e Corrente Sindical Classista) da APEOESP está submetida ao governo. Daí a importância de construir uma nova direção para o sindicato, que seja independente do Estado e dos governos.

3. Porque o sindicato é o instrumento de combate dos trabalhadores e deve ser recuperado para a luta contra a exploração capitalista. Atuamos no interior da chapa da Oposição no

sentido de construir um sindicato que organize a luta coletiva e rechace o colaboracionismo próprio de dirigentes burocratas. Um sindicato que impulse a unidade dos trabalhadores e não a unidade de cúpulas das direções traidoras. Um sindicato apoiado nas decisões das assembleias e no método da ação direta. Portanto, um sindicato sob o programa da democracia proletária.

Candidaturas classistas para o Conselho

Nas regionais, estaremos formando as chapas com a Oposição Unificada, de modo a eleger o maior número de conselheiros comprometidos com a luta pelas reivindicações da categoria.

Os candidatos da Corrente Proletária se integram às chapas regionais da Oposição Unificada. E apresentam os pontos prioritários de nossa campanha.

1. Fim das medidas de Serra, que destroem o ensino público e ampliam a exploração do trabalho;

2. Combate à Reforma educacional, materializada no PDE, ProUni e Reuni. Fim do Fundeb e outros instru-

mentos que limitam verbas para a escola pública.

3. Defesa do ensino público, gratuito, laico em todos os níveis. Fim da rede privada de ensino. Sistema único, estatal, sob o controle dos trabalhadores e estudantes;

4. Fim da centralização autoritária dos governos e seus órgãos de poder sobre o trabalho dos professores. Combate às avaliações externas;

5. Que nenhum jovem esteja fora da escola e do trabalho. Redução da jornada para 4 horas, salário adequado às suas necessidades, erradicação da traba-

lho infantil. Defesa de uma escola voltada à produção social;

6. Rejeitar o salário mínimo de fome do governo e o piso salarial proposto pela CNTE (R\$1.050,00). Defesa do salário mínimo vital, calculado pelas assembleias de trabalhadores. Em nossos cálculos, o piso salarial deve ser de R\$ 2.750,00 (para uma família de 4 pessoas).

7. Combater o desemprego que atinge os estudantes e os trabalhadores por meio da defesa da escala móvel das horas de trabalho.

Ampliar e politizar a ocupação! Convocar assembléia de estudantes!

A reitoria da UEL tentou pela via judicial a “reintegração de posse” da sede do DCE do Centro de Londrina sem prévio aviso. A prepotência desmesurada deste ataque surpreendeu até jornalistas de direita, que qualificaram a iniciativa do reitor de “burrice”. No entanto, não há nada de surpreendente. O grupo que dirige a universidade tem uma ideologia francamente direitista, que tem saudades dos tempos da ditadura, em que ninguém poderia lhes questionar, e que não tolera qualquer oposição. O movimento estudantil, assim como o dos funcionários, vem se opondo aos projetos fascistas de murar o campus, colocar a polícia dentro e criar um órgão de segurança que só se reportará ao reitor etc.

A Corrente Proletária na Educação defende a autonomia dos estudantes sobre seus espaços. Ou seja, só cabe aos estudantes questionar o que é feito no DCE. A reitoria não tem nada que questionar a legitimidade da diretoria eleita, ou o uso que é feito dos espaços conquistados historicamente pelos estudantes. Basta de intervenção da burocracia universitária nas questões estudantis, cabe aos estudantes definir o que farão com seus espaços, eleger seus representantes, só eles podem questioná-los.

É fundamental ampliar e politizar a resistência. O PSTU e PSol, que dirigem o DCE, não estão à altura das necessidades de resistir aos ataques e organizar os estudantes sob um programa revolu-

cionário. Mostram-se impotentes diante dos abusos da reitoria, não convocam assembleias estudantis, a não ser sob a pressão da Corrente Proletária na Educação, não escrevem jornais e boletins sobre o que acontece aqui e se adaptam às exigências burocráticas da reitoria (querem até moldar o estatuto às exigências da administração). Limitam-se a organizar caravanas para os atos eleitorais da Conlute.

A melhor forma de corresponder à história do movimento estudantil da UEL, à qual se recorre para defender a sede do centro, é organizar a luta hoje, combater cada ingerência da reitoria e do Estado. Convocar uma assembleia estudantil para ampliar e politizar a luta!

Rondônia

Combater o burocratismo e impulsionar a luta pelas reivindicações

No dia 23 de abril, ocorreu a assembleia de posse da coordenação regional do Sindicato dos Servidores Federais – Sindsef, em Rolim de Moura. Esteve presente o presidente reeleito da entidade, professor Herclus.

A reeleição desta diretoria se deu sob o slogan: “Sindicato é pra lutar”. Contraditoriamente, trata-se de uma direção burocratizada. Ao invés de responder aos problemas colocados pela luta de

classe, essa direção faz do sindicato uma empresa.

A Corrente Proletária da Educação rechaçou o procedimento da diretoria de transformar o sindicato em empresa e de abandonar o verdadeiro papel da entidade – defender os trabalhadores do ataque dos patrões e governos capitalistas.

Os trabalhadores necessitam de uma direção que organize a luta pelas

reivindicações da classe, que combata o burocratismo e que trabalhe pela unidade dos explorados. Um sindicato independente frente ao governo Lula, o Estado e os partidos eleitorais. Um sindicato que defenda a mais ampla democracia operária, para que possa ser colocado à serviço dos trabalhadores e suas lutas. Um sindicato que tenha como método a ação direta.

Reitor e burocracia acadêmica perseguem os estudantes

Os atuais burocratas petistas da reitoria da Universidade Federal de Rondônia – UNIR - vêm tratando o movimento estudantil, desde a época da aprovação do Reuni, em que os estudantes ocuparam o prédio da reitoria para barrar a aprovação, sob o tacão da Polícia Federal. Naquele momento, os estudantes receberam mandato de reintegração de posse do prédio e, na negociação, foi acordado que só se retirariam se não houvesse nenhuma punição, o que não aconteceu. Dois estudantes, que fazem parte da diretoria do DCE, foram processados com interdito proibitório de não entrar na reitoria sob pena de pagar uma exorbitante multa.

O problema não pára aí. Houve eleições para o conselho, três estudantes foram eleitos, mas quem tem de dar a posse é o conselho, do qual o reitor José Januário faz parte. Mas o reitor quer dar posse a três estudantes que não foram eleitos pela base estudantil, mas indicados por uma lista dada pela comissão eleitoral do processo, submetida aos interesses da burocracia dirigente da universidade.

No dia 19 de março, na reunião em que o reitor iria dar posse aos tais estudantes, mais de 150 alunos impediram. Isso culminou em mais processos sobre estudantes. O reitor suspendeu a reunião do dia 24/03 e marcou para o dia

26/03, armando um aparato repressivo para impedir o acesso aos estudantes à reunião do conselho. Acionou a polícia federal, que deu cobertura de segurança a burocracia, que se sente ameaçada em seu poder de subjugar os estudantes.

A direção do DCE deve organizar os estudantes para combater o autoritarismo do reitor e da burocracia acadêmica. A luta dos estudantes da UNB, que culminou com a expulsão do reitor, é uma lição que necessita ser assimilada pelos estudantes da UNIR. Por outro lado, o rechaço ao Reuni é fundamental se quer defender o ensino público e gratuito contra todos os mecanismos que favorecem a mercantilização.

A farsa do chamado tripé do ensino, pesquisa e extensão na universidade

Nos últimos dois anos, o movimento estudantil tem protagonizado uma série de ocupações de reitorias e greves nas universidades públicas. A maioria dessas lutas se opõe a uma maior intervenção dos governos e do poder econômico nas universidades, que se expressam no Reuni (federal) e em decretos estaduais como os de José Serra, em São Paulo, no ano passado. Durante os movimentos, há uma tendência a se abrir o debate sobre o papel da universidade e sua relação com o restante da sociedade. Fala-se muito no chamado “tripé” que a universidade “deveria” realizar, e que tem sido deixado de lado, ou ficado “manco” (sem um dos “pés”). Procura-se dar à universidade de classe um suposto papel que ela nunca assumiu nem assumirá.

“Ensino, Pesquisa e Extensão”: assim se nomeiam as chamadas funções da universidade. Por trás dessa nomenclatura está a concepção de reforma da universidade, concebida como uma série de medidas que permitiriam a ela desempenhar um papel progressivo no interior da sociedade capitalista. Para tanto, seria necessário que o chamado tripé funcionasse e de forma harmônica. Não é à toa que esse esquema é defendido pelas mesmas correntes que têm como objetivo estratégico as reformas no interior do capitalismo decadente.

Qual o quadro que temos concretamente na universidade?

O ensino universitário é falido. Manejado pela classe dominante, que determina currículos, conteúdos, disciplinas, metodologias, segmentação, bibliografia etc., o ensino é repetitivo, decorativo, desvincula-

do da vida prática, arcaico, fragmentado, exercido de forma autoritária, deformado e distorcido. Esse ensino não pode ser “melhorado” sob o capitalismo decadente e sob o poder político e econômico da classe historicamente caduca, a burguesia. Traçar como objetivo a “melhora” desse ensino é encobrir seu conteúdo reacionário. A educação só poderá ser de fato científica, emancipadora, ligada à vida, decidida pelos que estudam e trabalham e voltada a seus interesses se estiver totalmente livre das influências nefastas da burguesia, de sua ideologia e de seu regime político e econômico.

A pesquisa na universidade é uma farsa. Não se pratica ciência, repete-se o que já foi feito antes; não se buscam respostas para as necessidades da maioria, mas fórmulas que permitam aumentar o lucro, e com ele a exploração; não se busca nos fatos concretos a base para se avançar na compreensão e interação com a natureza, mas se constroem castelos de areia abstratos e sem fundamentação prática, voltados a agradar os capitalistas, seus governos e a saciar as necessidades de reprodução da burocracia universitária parasita.

A pesquisa científica depende de sua total emancipação do poder econômico, dos governos burgueses e da casta parasitária e autoritária, mandante da universidade, e, principalmente, da sua mais estreita ligação com a vida prática, que só se realizarão com a destruição do poder político e econômico da burguesia, no socialismo.

A chamada extensão universitária é o nome chique que se dá ao

assistencialismo. As propostas de colocar a máquina da universidade e seu pessoal “a serviço” dos trabalhadores, seja com medidas mais à esquerda, seja com um assistencialismo ou exploração aberta, como trabalho voluntário, convergem entre si na preservação da universidade elitista e burguesa, e no conceito elitista de que a universidade está “acima” dos trabalhadores.

São os explorados que sustentam materialmente a universidade burguesa com seu trabalho. No entanto, estão excluídos dela. Não é possível à universidade de classe, burguesa, cumprir um papel oposto àquele pretendido pela classe que a criou e domina. Circunstancialmente, sob uma fortíssima pressão da mobilização dos que estudam e trabalham, a universidade pode se colocar ao lado dos explorados contra os exploradores, na luta pelo socialismo. Isso se estiver sob a direção e programa da classe operária. Ao se unirem aos explorados em seu programa e seus métodos de luta, voltados ao mesmo objetivo estratégico da revolução proletária, os que estudam e trabalham podem exercer um papel de fato historicamente progressivo. Mas para isso têm de se emancipar da ideologia burguesa de defesa da reforma da universidade burguesa e assumir a defesa do programa proletário de destruição da universidade de classe e construção de uma nova universidade, que como tal só pode ser resultado de uma nova sociedade, socialista. Em oposição à farsa do tripé, defender o ensino público e gratuito para todos, único, científico, laico e vinculado à produção social.

Greve dos motoristas em Fortaleza

Publicamos abaixo os boletins da Corrente Proletária distribuídos durante a greve dos motoristas em Fortaleza-CE

TODO APOIO À GREVE DOS MOTORISTAS DE FORTALEZA! PELO ATENDIMENTO IMEDIATO DE TODAS AS REIVINDICAÇÕES! ABAIXO A DIREÇÃO TRAIidora DO SINTRO!

Desde o último dia 06/05 os motoristas e cobradores paralisaram e ocuparam todos os terminais de ônibus de Fortaleza, indignados com o acordo assinado entre a direção do SINTRO e o sindicato dos patrões (SINDIONIBUS). Os motoristas disseram um grande NÃO ao percentual de 5 % costurado, na calada da noite, pela atual direção traidora do sindicato junto aos patrões. Os vendidos do SINTRO e os empresários pensaram que os trabalhadores rodoviários fossem engolir mais esse acordão calados; quebraram a cara! A greve saiu e é fruto da enorme indignação de motoristas e cobradores contra salários miseráveis, péssimas condições de trabalho, superexploração, abusos, perseguições e principalmente contra as traições do Sindicato.

Submetidos a condições de trabalho sub-humanas, muitos profissionais



acabam por trabalhar para além de sua carga horária, sendo empurrados para as chamadas chupetilhas (horas extras remuneradas por fora da folha de pagamento) para complementar a renda familiar. Além da precarização a que muitos motoristas estão submetidos na condução dos microônibus que circulam na cidade, cujo objetivo tem sido a

eliminação de postos de trabalho (cobradores) acumulando, assim, as duas funções.

A Prefeitura, o PT, a polícia, a Etufor, o Sindiônibus, o Sintro, e a imprensa estão todos unidos contra a greve. Tentam jogar a população contra os grevistas, mas não conseguirão quebrar a resistência dos trabalhadores! A garantia da vitória está na força dos trabalhadores, sua unidade e na resistência a que é preciso reforçar. É preciso que se lute por:

- Fortalecer o Comando de Greve como direção do movimento! Assembleia Já

- Manter os terminais bloqueados e impedir a saída dos ônibus! Secar todos os pneus, dianteiros e traseiros! Nenhuma perseguição aos grevistas!

- Liberdade imediata para os 8 trabalhadores presos pela PM!

- Defender a redução da passagens de ônibus! Estatização das empresas!

Construir a Greve Geral da Categoria

A paralisação dos rodoviários, que durou 3 dias, terminou. O Sindiônibus, o corrupto Sintro, a Prefeitura do PT (Etufor), o Sintrofort/CUT, a imprensa, a Justiça e a polícia tiveram, todos, que se unir para, temporariamente, deter o movimento grevista. E isso é a maior prova da enorme força que os trabalhadores tem quando se dispõem a lutar unidos! Conseguiram deter a greve, mas, não conseguirão, fazer calar a voz dos trabalhadores motoristas, nem a luta pelo atendimento de todas as reivindicações.

A experiência da paralisação mostrou, porém, que sem uma direção firme não é possível vencer. Por isso é preciso não reconhecer a direção do Sintro, expulsar a direção traidora (burocracia) de dentro do Sindicato e, ao mesmo tempo, fortalecer e vigiar a Junta Governativa, para que esta tenha poderes de negociar com os patrões.

Viu-se também, nestes dias de



luta, que somente a ação direta: paralisações, greves, bloqueios de ruas e avenidas etc é que pode derrotar os patrões e alcançar as reivindicações almejadas. Por isso só uma nova greve trará a vitória.

O Partido Operário Revolucionário (POR), que tem participado ativamente desta luta, defende:

- Construir a greve geral da categoria por tempo indeterminado!

- Rearticular o ex-comando de greve com a função de organizar a categoria com uma reunião na quinta-feira (manhã e tarde) e negociar junto com a junta governativa com os patrões!

- Ocupar a sede do Sintro e expulsar a burocracia!

- Atendimento imediato de todas as reivindicações!

- Construir o Partido Operário Revolucionário!

- Pela estatização do sistema de transporte sob controle dos trabalhadores! Redução da passagem de ônibus!

Construir o partido programa

O partido é o programa. Essa definição significa que a militância organizada encarna na luta de classe o programa da revolução proletária. Trata-se do Programa de Transição da IV Internacional, aplicado às condições particulares do Brasil que expressa as leis gerais do capitalismo e integra a economia mundial da etapa superior imperialista.

Nossa tarefa primordial é constituir no seio dos explorados o programa que levará à ditadura do proletariado e à transformação da propriedade privada dos meios de produção em propriedade coletiva.

A estratégia de derrocada do capitalismo e de edificação do comunismo é obra da classe operária, que organizará em torno de si os camponeses pobres e a pequena burguesia arruinada. Nenhuma outra classe poderá constituir o programa e o partido revolucionário. O proletariado é a espinha dorsal nas relações de produção capitalista. Constitui a produção social encarcerada na forma de propriedade privada e assim serve à apropriação capitalista da riqueza.

As demais classes oprimidas estão vinculadas à pequena propriedade e/ou individualizadas na relação de trabalho. Mas têm um papel auxiliar imprescindível para potenciar socialmente a revolução proletária.

O socialismo científico de Marx e Engels assentou a compreensão de que o proletariado é a classe que sepultará o capitalismo. A atualidade do Manifesto do Partido Comunista se verifica no Programa de Transição da IV Internacional, redigido por Trotsky, que, por sua vez, se assenta no programa bolchevique e nas resoluções da III Internacional da época de Lênin.

Verificamos que há correntes que consideram a necessidade de se rever o Programa de Transição, em nome de novas condições do pós-guerra. Sem dúvida aspectos particulares de um programa pode ser superado, como demonstrou Trotsky ao analisar o Manifesto do Partido Comunis-

ta, quando completava 90 anos. Mas as leis históricas, os fundamentos, os princípios, a estratégia e a essência da tática continuam vigentes, uma vez que o capitalismo se sustenta na propriedade privada dos meios de produção, na exploração do trabalho, na miséria da maioria, no desenvolvimento desigual das nações e na ditadura de classe da burguesia.

Ocorre que as correntes que revisam o Programa de Transição rompem a ponte entre o programa mínimo (reivindicações) e o programa máximo (socialismo). Um dos sintomas da revisão do caráter transitório do programa está em substituir reivindicações essenciais como escala móvel das horas de trabalho por outras adaptadas ao argumento de viabilidade e de aceitação pelas massas.

A revisão se justifica para as correntes que se adaptam à democracia burguesa e ao sindicalismo. Sabemos por que existem correntes distintas por meio do programa, da organização partidária e por sua linha política.

Nossa luta pela construção do POR, que atravessa mais de uma década, se impôs pela necessidade edificar o Programa de Transição da IV Internacional no seio do proletariado e da maioria oprimida. Para isso é fundamental formar quadros militantes, que unam a teoria e a prática, que sejam agitadores, propagandistas, organizadores e teóricos.

Militante profissional

Não se pode derrotar ideológico, político e militarmente a burguesia sem um partido cuja militância se dedique integralmente ao trabalho de organizar o proletariado e demais oprimidos por meio do programa. O embate da luta de classe exige firmeza e consistência do partido, qualidades que serão alcançadas pela formação de quadros que atuem como “tribunos populares” e transformem a experiência em teoria revolucionária.

Com a militância frouxa, dispersa, despreparada e preocupada em re-

solver problemas individuais, a luta de classe esmagará o partido antes mesmo de este ganhar qualquer influência significativa sobre a classe operária. O partido está obrigado a responder problemas de toda ordem, que correspondem à conservação ou destruição da sociedade burguesa. Enfrenta não só os partidos da burguesia (sua ditadura de classe), mas também as correntes centristas e reformistas, bem como a violenta burocracia sindical.

É verdade que não se põe em pé de uma hora para outra uma organização formada por militantes que dedicam toda sua vida, toda sua energia e toda sua capacidade para o trabalho revolucionário. Mas também é verdade que não se alcançará os quadros profissionais sem a luta política contra as fraquezas, as superficialidades e as irresponsabilidades.

A disciplina militante corresponde à necessidade coletiva do partido. A crítica e autocrítica correspondem às exigências da prática coletiva. O militante profissional utiliza a crítica e autocrítica como instrumentos necessários para aumentar a coesão e a confiança no partido. Não se trata de desculpa ou de desculpar-se, mas de reconhecer os erros para corrigir a prática e as idéias. Como se vê, a disciplina, a crítica e a autocrítica caracterizam os quadros profissionais. Só se alcança a disciplina revolucionária e a capacidade de crítica e autocrítica dedicando todos os esforços à prática e à teoria.

O militante profissional é um organizador incansável do partido e da luta das massas. Quando o militante age como desorganizador (indisciplina, descontinuidade do trabalho político, dispersão etc.), contrapõe-se à tarefa de formar os quadros profissionais marxistas. Quando não estuda o socialismo científico, constitui um peso contrário à elevação da consciência revolucionária coletiva. Quando se mostra indiferente com a ação e as posições do partido, favorece a passividade e o diletantismo. Quan-

do fecha os olhos para as falhas da militância, incentiva os erros e distorções na linha política do partido.

O militante convicto no socialismo científico e confiante de que o partido é a condição essencial para derrotar a burguesia inspira entusiasmo e mostra o valor da sobriedade.

Exemplo bolchevique

Lênin concebeu o partido bolchevique forjado por quadros de revolucionários profissionais. A particularidade da Rússia czarista em que nem mesmo os sindicatos tinham existência legal levou Lênin a lutar contra as tendências da social-democracia de constituir um partido descentralizado e frouxo.

O desenvolvimento do partido leninista e a vitória da Revolução de outubro deram total razão a Lênin. O partido estruturou-se com uma teoria revolucionária e se apoiou em uma classe verdadeiramente revolucionária que era o proletariado. Assim pôde conquistar camponeses e soldados para a tomada do poder. Conseguiu manter-se na clandestinidade e praticar o trabalho ilegal e legal sob a mais ferrenha repressão czarista graças ao partido de quadros profissionais.

“Estes operários, os homens médios das massas, são capazes de dar provas de uma energia e abnegação gigantescas em uma greve, na luta contra a polícia e as tropas na rua, podem (e são os únicos que podem) decidir o desenlace de todo o nosso movimento, mas precisamente a luta contra a polícia política exige qualidades especiais, exige revolucionários profissionais. E nós não devemos nos preocupar somente que as massas coloquem reivindicações concretas, mas também que as massas de operários destaquem, em número cada vez maior, estes revolucionários profissionais. Assim, pois, chegamos ao problema das relações entre a organização de revolucionários profissionais e o movimento puramente operário” (Que Fazer?).

Como se vê, o militante profissional não se caracteriza por se destacar

do combate instintivo dos explorados mas sim por ter “qualidades especiais”. Em outros termos: (...) “para servir a um movimento de massa é necessário dispor de homens que se consagrem especial e inteiramente na ação social democrata e que estes homens devem forjar-se com paciência e tenacidade até se converter em revolucionários profissionais”.

Lênin atribui cinco características ao partido de revolucionários profissionais: “1) não pode haver um movimento revolucionário sólido sem uma organização de dirigente estável e que assegure a continuidade; 2) quanto mais extensas sejam as massas espontaneamente incorporadas na luta, massas que constituem a base do movimento e que participam nele, mais premente será a necessidade de semelhante organização e mais sólida terá de ser (já que tanto mais facilmente poderá todo tipo de demagogos arrastar as camadas atrasadas das massas); 3) tal organização deve estar formada, fundamentalmente, por homens empenhados profissionalmente nas atividades revolucionárias; 4) no país da autocracia, quanto mais restringimos o contingente dos membros de uma organização desse tipo, até não incluir nela senão aqueles filiados que se ocupem profissionalmente de atividades revolucionárias e que tenham já uma preparação profissional na arte de lutar contra a polícia política, mais difícil será cassar esta organização; 5) maior será o número de pessoas tanto da classe operária como das demais classes da sociedade que poderá participar no movimento e colaborar ativamente nele”.

Nessa concepção já não se tem no partido militantes da classe operária ou da pequena burguesia, mas militantes profissionais dedicados à revolução. Mas Lênin defendia particular atenção na formação dos operários que ingressavam no partido. “Este fato testemunha que a mais primordial e imperiosa de nossas obrigações é contribuir para a formação de operários revolucionários, que, do ponto de vista de sua atividade no Partido, estejam no mesmo nível que os re-

volucionários intelectuais (sublinhamos: do ponto de vista de sua atividade no Partido, porque em outros sentidos não é, nem muito menos, tão fácil nem tão urgente, ainda que necessário, que os operários alcancem o mesmo nível). Por isso, nossa atenção deve se dirigir principalmente a elevar os operários ao nível dos revolucionários e não rebaixar nós mesmos indefectivelmente ao nível das massas operárias, como querem os economistas, e indefectivelmente ao nível do operário médio, como quer Svoboda (...)”.

Está aí a idéia fundamental que todo o militante, independente de sua classe social deve se formar como revolucionário profissional. Não se pode confundir o sentido do militante profissional com a de militante rendado pelo partido (que ganha para militar).

No mesmo Que Fazer?, Lênin admite que o partido garanta sobrevivência do operário transformado em militante profissional. “Todo agitador operário que tenha algum talento, que tenha potencial, não deve trabalhar 11 horas na fábrica. Devemos arranjar-lhe de modo que viva por conta do Partido, que possa passar para a ação clandestina no momento preciso que mude de localidade em que atua, pois de outro modo não adquirirá grande experiência, não ampliará seu horizonte, não poderá suportar sequer uns quantos anos na luta contra a polícia.

Verificamos que Lênin é bem preciso na questão da renda ao se referir aos operários que mostrassem capacidade e disposição de se entregar inteiramente ao trabalho do partido e que, por isso, nas condições de repressão czarista precisava de especial proteção. Não se deve portanto tomar esta consideração como o fundamento do militante profissional.

O Partido Operário Revolucionário incorpora a concepção leninista do partido de quadros. Temos a tarefa de superar as limitações que hoje pesam contra a militância profissional. A crítica e autocrítica devem ser nossas armas, bem como os métodos organizativos e a formação política.

Reproduzidos o ponto V do texto de Trotsky: “As Táticas da Frente Única”

V. TAREFAS INTERNAS DO PARTIDO COMUNISTA

32. A política apresentada acima pressupõe, naturalmente, uma completa independência organizativa, clareza ideológica e firmeza revolucionária por parte do Partido Comunista.

Por fim, exemplificando, é impossível levar adiante com êxito uma linha política que tente desacreditar diante das massas a idéia de um bloco de esquerda, se nas filas de nosso Partido existem partidários deste bloco em quantidade suficiente para defender abertamente esta linha da burguesia. A expulsão incondicional e sem piedade daqueles que estejam em favor da idéia de um bloco de esquerda é uma tarefa inerente ao Partido Comunista. Isto limparia nossa linha política de elementos que semeiam o erro e a falta de clareza; atrairá a atenção dos operários de vanguarda para a importância do problema do bloco de esquerda, demonstrará que o Partido Comunista não joga com as questões que ameaçam a unidade revolucionária na ação do proletariado contra a burguesia.

33. Aqueles que tratam de utilizar a idéia de Frente Única para agitar a favor da unificação com os reformistas e os dissidentes devem ser colocados para fora sem piedade de nosso partido, pois servem de agência dos divisionistas em nossas fileiras, e confundem os operários sobre o motivo da divisão e sobre quem são os responsáveis por ela. Em vez de propor corretamente a possibilidade de tal ou qual ação prática coordenada com os dissidentes, apesar de seu caráter pequeno-burguês e essencialmente contrarrevolucionário, pedem que nosso Partido renuncie ao seu programa comunista e seus métodos revolucionários. A expulsão irrevogável desses elementos demonstrará de forma excelente a tática da Frente Única proletária, de modo algum representa uma capitulação ou reconciliação com os reformistas. A tática da Frente Única exige do partido uma completa liberdade de manobra, flexibilidade e resolução. Para tornar isso possível,

o partido deve dizer isso de forma clara e concreta em todo o momento, quais são seus desejos, que objetivo de luta se dá e deve colocar com autoridade, diante das massas, seus passos e propostas.

34. Daqui surge a completa impossibilidade de admitir aos membros do Partido que publiquem individualmente, sob sua própria responsabilidade e risco, questões políticas nas quais opõem suas próprias consignas, métodos de ação e propostas do Partido.

Sob a cobertura do Partido Comunista e, conseqüentemente, também no meio influenciado por uma cobertura comunista, isto é, o meio operário, estes elementos semeiam dia a dia idéias hostis ao Partido ou semeiam a confusão ou o ceticismo, o que resulta ainda mais daninho que as ideologias abertamente hostis.

Os órgãos desta classe conjuntamente com os editores devem ser expulsos do Partido e a França proletária por inteiro deve inteirar-se desta ação por meio de artigos que exponham sem piedade os contrabandistas pequeno-burgueses que atuam sob a bandeira comunista.

35. Pelo dito até aqui, surge também a completa inadmissibilidade de que nas publicações fundamentais do Partido apareçam, junto a artigos que defendam conceitos básicos do comunismo outros trabalhos que os combatam ou os neguem. É absolutamente inadmissível a continuação, na imprensa do Partido, de um regime sob o qual os leitores proletários falem sob a cobertura dos editoriais das principais publicações do Partido, sobre artigos que tratem de retrocedê-los a posições de um pacifismo lacrimoso, e que propaguem entre os operários uma hostilidade que os debilita para violência revolucionária diante da violência triunfante da burguesia. Sob a máscara de uma luta contra o militarismo, conduz-se a uma luta contra as idéias da revolução e do levantamento das massas.

Se logo a experiência da guerra e de todos os acontecimentos posteriores, es-

pecialmente na Rússia e na Alemanha, os preconceitos do pacifismo humanitário ainda sobrevivem no Partido Comunista, e se o Partido considera necessário – no interesse da completa liquidação destes preconceitos – abrir uma discussão a respeito, os pacifistas e seus preconceitos em nenhum caso podem intervir na discussão como uma força igual senão que devem ser condenados severamente pela direção do Partido, em nome de seu Comitê Central. Assim que o Comitê Central tenha decidido que a discussão está esgotada, todo intento de esparramar as idéias do tolstoísmo ou qualquer outra variante do pacifismo deve levar irrevogavelmente à expulsão das filas do Partido.

36. Poder-se-ia afirmar, não obstante, que, enquanto não se completar a tarefa de limpar o partido dos preconceitos do passado e de completar sua coesão interna, seria perigoso colocar o Partido em situações em que se aproximasse estreitamente dos reformistas e nacionalistas. Porém, este ponto de vista é falso. Naturalmente, não se pode negar que a transição de uma ampla atividade propagandística à participação direta no movimento de massas, implica novas dificuldades e, portanto, perigos para o Partido Comunista. Mas seria totalmente errôneo supor que o Partido possa preparar-se para todas essas provas sem participar diretamente na luta, sem entrar diretamente em contato com inimigos e adversários. Pelo contrário, só assim pode se alcançar uma limpeza e coesão interna do Partido real, não fictícia. Pode ser que alguns elementos no Partido e na burocracia operária se sintam mais inclinados para os reformistas, dos quais se têm separado acidentalmente, do que para nós. Perder essas aves migrantes não será um perigo senão uma vantagem e será compensado cem vezes pela injeção ao Partido de operários e de operárias, que hoje, todavia, seguem os reformistas. O Partido se fará então mais homogêneo, mais resoluto e mais proletário.

Nesta edição:

- Malvinas:
Devemos Expulsar o Imperialismo de Todos os Territórios Ocupados
- Bolívia: o que se entende por polarização da luta de classes?
- Bolívia: passou o plebiscito autonomista. E agora?

Artigos do Cerqui Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional



Malvinas: Devemos Expulsar o Imperialismo de Todos os Territórios Ocupados

Já se passaram 26 anos de uma guerra que deixou profundas feridas na população. Principalmente nos milhares de ex-combatentes que foram arrastados a uma aventura que estava muito longe de ser um gesto antiimperialista.

Nas guerras entre países opressores e oprimidos nos posicionamos sempre ao lado do país oprimido. Mas sempre mostramos que devemos levar uma política forte de ruptura com o imperialismo. No caso das Ilhas Malvinas, se deveria ter expropriado os bancos ingleses, seus campos no sul do país. Nada disso ocorreu, houve uma convivência com o imperialismo inglês dentro do próprio país. Demagogicamente, o governo da época nos incentivava a não comprar produtos ingleses enquanto sua propriedade privada estava bem cuidada dentro do território "inimigo".

Em seu desenvolvimento, o capitalismo desencadeou uma feroz concorrência entre as potências pelas fontes de matéria-prima e recursos naturais de todo o mundo. Ocupando militarmente territórios ou aprofundando a opressão econômica e política das colônias e semicolônias. Esta é a verdadeira gênese da ocupação das Ilhas Malvinas no século XIX pelo imperialismo inglês.

Com o desenvolvimento do Século XX, o imperialismo se encontrou em uma profunda crise, e foi ganhando pre-

ponderância o imperialismo ianque sobre as outras potências.

As ilhas sempre tiveram uma importância estratégica, tanto por sua localização geográfica, como pelas suas imensas riquezas naturais (minérios, pescados, petróleo etc.)

A crise econômica, a inflação, o aumento do desemprego, a corrupção, o isolamento internacional e a intervenção crescente das massas foram erodindo a ditadura, que buscou com a ação nas Malvinas a possibilidade de se perpetuar no poder.

A ditadura militar, a serviço do imperialismo e dos grandes capitais nacionais, procurou se apoiar na reivindicação histórica de soberania da população para expropriá-la politicamente e usá-la para seu submetimento.

Recuperar a soberania sobre as Malvinas através de uma invasão militar foi a fórmula que colocaram em prática para tentar ganhar apoio das massas e fazer seu regime sobreviver. A derrota acabou sendo um golpe duríssimo ao seu projeto de se manter no poder.

Esse foi o mesquinho interesse da ditadura pelo qual milhares morreram nas ilhas ou sofreram conseqüências posteriores físicas e mentais. Outros milhares foram obrigados a sobreviver com subsídios estatais ou engrossando as filas dos desempregados, obrigados a vegetar do

clientelismo ou do assistencialismo.

Devemos explicar e tornar claro o verdadeiro caráter da guerra. Dizendo que foram enganados, obrigados a combater sobre a direção de um governo que os traiu, que não tinha os mesmos interesses, nem, tampouco, os do país. Somente nós os revolucionários intervimos em plena guerra colocando qual seria o único caminho para alcançar a vitória.

Mas hoje também devem se colocar à cabeça da luta para acabar com a miséria em que vivem exigindo do governo um subsídio universal de desemprego, equivalente a um salário mínimo vital e com escala móvel para todos aqueles que não podem encontrar trabalho. Unindo essa exigência com a luta por justiça e castigo para todos os genocidas e seus cúmplices (empresários, políticos, burocratas etc.) que prenderam, seqüestraram, torturaram e desapareceram com milhares de companheiros. São os mesmos que arrastaram milhares de jovens à morte, humilharam outras centenas mais nas ilhas.

Por outro lado, com a chegada da "democracia", ficou mais evidente o caráter imperial da ocupação das ilhas. As resoluções da ONU e da OEA não fizeram mais do que garantir a pilhagem imperialista sobre essa parte do território argentino.

Não será nestas covas de bandidos

internacionais que se resolverá o problema da soberania argentina sobre as Malvinas. Não será a raquítica burguesia nacional, aliada incondicional do imperialismo, a que tomará esta tarefa em suas mãos. Serão a classe operária e as massas as que deverão tomá-las exigindo, em primeiro lugar, a retirada imediata do imperialismo das ilhas, exigindo que se publiquem todos os tratados diplomáticos e os pactos secretos com o imperialismo, exigindo que se rompa

com esses tratados econômicos e impondo a plena soberania do país para decidir sobre as ilhas.

O legítimo direito à soberania política e econômica sobre seus territórios por parte dos países oprimidos terá resultado quando a classe operária das metrópoles derrubem revolucionariamente seus governos, e impulsionem, ao mesmo tempo, a mais estreita colaboração de classe com a luta de seus irmãos proletários contra o imperialismo nos

países oprimidos, recuperando assim as melhores tradições do internacionalismo proletário. Aqui está a importância de voltar a pôr de pé a direção internacional do proletariado, seu partido mundial. A Quarta Internacional. Nossos esforços devem se desdobrar para resolver esta tarefa.

(Extraído do jornal "Masas" Argentino nº 215, de maio de 2008)

Bolívia:

O que se entende por polarização da luta de classes?

Ulises

Na sociedade capitalista, a polarização da luta de classes, entendida como expressão de interesses contrapostos e excludentes, só pode se dar entre a burguesia - classe proprietária dos grandes meios de produção - e o proletariado - classe despossuída de toda forma de propriedade dos meios de produção; entre estas classes polares da sociedade burguesa oscila a pequena-burguesia - classes de pequenos proprietários (camponeses minifundiários, comerciantes, artesãos, "micro-empresários", profissionais liberais etc.), normalmente inclinada a defender a propriedade privada dos meios de produção e que somente em certas circunstâncias, precisamente de aguda polarização da luta de classes, adotam atitudes anti-capitalistas e revolucionárias. O destino da sociedade capitalista depende do desenvolvimento desta contradição fundamental (burguesia x proletariado), que enraíza na base econômica da sociedade.

O conflito entre a oposição burguesa de direita, enrincheirada atrás dos governos dos estados e dos Comitês Cívicos controlados pela direita, e o governo MASista de pequenos burgueses defensores da grande propriedade privada capitalista, não pode ser confundida com a "polarização da luta de classes". Trata-se de uma disputa no marco da preservação da grande propriedade privada burguesa e que não traz perigo algum para o sistema capitalista.

Mas, poderão perguntar: a conspiração fascista da direita burguesa polariza com as "massas" radicalizadas que apontavam no sentido de acabar com a propriedade privada. É evidente que estas "massas revolucionárias" não estão presentes no cenário atual. O proletariado está ausente do cenário político, as grandes massas camponesas estão controladas e politicamente dirigida pelo Governo MASista e, nessa medida, por trás uma política pró-burguesa que busca algumas reformas, mas que sempre tropeça nos obstáculos colocados pelos grandes proprietários e latifundiários, retrocede pedindo desculpas e jurando seu respeito à ordem estabelecida e a sacrossanta propriedade burguesa. A pequena-burguesia urbana tem uma parte enganada pela direita burguesa e a outra não atina em encontrar a saída revolucionária da crise política.

Caracterizar a presente conjuntura política como uma situação marcada pela "polarização da luta de classes", é um erro. A polarização da luta de classes se dará quando o proletariado politicamente organizado e como direção das massas radicalizadas se disponha a pôr em pé a propriedade social, sobre a base da abolição da propriedade privada dos meios de produção. Então podemos perguntar: contra quem se organizam os bandos fascistas? Não pode haver dúvidas de que se organizam contra as massas, para a ultra-direita fascista tudo o

que cheire a povo é um perigo. O fascismo é totalitarismo direitista, não suporta nenhuma ação política independente das massas, pior ainda qualquer vislumbre de política revolucionária proletária. Como bem disse Trotsky, que a conspiração fascista apareça em uma situação na qual não existe perigo imediato contra a grande propriedade privada burguesa, não é expressão de sua "confusão e debilidade", mas o contrário. A direita burguesa está interessada em fortalecer-se politicamente, em ganhar a pequena-burguesia, e inclusive o proletariado até suas posições, a presença "preventiva" dos bandos fascistas se subordina a esse propósito.

A consolidação da independência política das massas e fundamentalmente do proletariado, tanto frente ao reformismo MASista como frente à direita burguesa, passa, entre outras coisas, por compreender a importância de organizar piquetes armados de autodefesa (brigadas revolucionárias antifascistas) para se defender fisicamente frente à ameaça dos bandos fascistas de capangas, fura-greves e puxa-sacos dos patrões. Conscientes de que quando se produza a verdadeira polarização de luta de classes, as massas insurretas esmagarão os bandos fascistas com as armas na mão.

(Extraído do Masas Boliviano Nº 2081 de 09/05/2008)

BOLÍVIA: A INFLAÇÃO DISPARA ANUNCIAM-SE NOVO AUMENTO DO PREÇO DO PÃO, DO TRANSPORTE; DIA A DIA SOBEM OS PREÇOS DOS ARTIGOS DA CESTA FAMILIAR

Enquanto governadores fascistas da “Meia Lua” e governo seguem embalados em sua estúpida luta ao redor das autonomias e da nova Constituição, a inflação galopante golpeia sem misericórdia o estômago dos famintos. Deixar-se fazer de bobo com esta luta entre impostores é errar por cretinismo.

GOVERNADORES E GOVERNO, AMBOS DEFENDEM A PROPRIEDADE PRIVADA BURGUESA, A ORDEM SOCIAL CAPITALISTA.

Ao final conciliarão, o regime de opressão burguês seguirá vigente e o imperialismo continuará definindo o destino do país, não importa se descaradamente como amo ou disfarçadamente como “sócio”.

A oposição direitista ganha terreno, se impõe fazendo o que necessita sua gana, levando adiante seus referendos da maneira mais arbitrária e apesar da oposição interna que, pelo volume da abstenção, se comprova que é considerável.

O governo, encurralado, segue fazendo ilusionismo; agora apresenta a compra da ENTEL e de 1% das ações das empresas petrolíferas para ter 50%+1 das mesmas, como a grande medida

revolucionária. Trata-se apenas de uma nacionalização ao estilo burguês: compra respeitando os interesses de seus “sócios” imperialistas que finalmente são os donos do dinheiro e os que impõem suas condições na hora de investir.

BASTA DE FARSA!

AOS CÍVICOS FASCISTAS HÁ QUE ESMAGÁ-LOS SEM CONSIDERAÇÃO ALGUMA

AO GOVERNO CONCILIADOR, INCAPAZ E DEMAGOGO, EXPULSÁ-LO A COICES.

ÀS RUAS POR PÃO E TRABALHO!

Frente à inflação: SALÁRIO MÍNIMO VITAL COM ESCALA MÓVEL.

Para esmagar os latifundiários: OCUPAR AS TERRAS E ORGANIZAR SUA PRODUÇÃO COMO GRANJAS COLETIVAS.

Frente às nacionalizações de papel do M.A.S.: EXPULSAR AS MULTINACIONAIS SEM INDENIZAÇÃO ALGUMA.

REVOLUÇÃO PARA IMPOR A PROPRIEDADE SOCIAL SOBRE OS MEIOS DE PRODUÇÃO!

(Extraído do Masas Boliviano nº 2081, de 09 de maio de 2008)

Passou o temido 4 de maio MUITO BARULHO E POUCAS NOVIDADES

Com um gigantesco despejo de recursos, tanto os cívicos cruzenhos (de Santa Cruz) como o governo enfrentaram o referendo autônomo do 4 de maio. Os resultados? Cada qual se afirma em suas posições e se oferece para negociar acordos. Para a maioria oprimida do país, nada mudou. A direita continuará conspirando, o governo continuará sendo incapaz de frear o avanço da direita e se verá obrigado a fazer concessões.

A disputa entre embusteiros não tem outra perspectiva que acabar em um acordo no qual o governo resigna seu “atrevimento” reformista para contentar a direita cruzenha. Quem

crê que se trata de uma disputa entre a “esquerda” e a direita pelo futuro da revolução boliviana se equivoca por inteiro, o que existe é uma disputa entre duas correntes, defensoras ambas da propriedade privada burguesa, pelo controle do poder político e dos recursos do Estado assegurando os interesses gerais da classe dominante.

A agitação feita pelos trotskistas contra as ações tanto do governo como da direita encontra favorável acolhida nas bases que amadurecem na desilusão frente à demagogia de ambos expoentes da política burguesa.

A Nova Constituição Política do Estado e o Estatuto Autônomo lojista: REFORMAS PARA SALVAR O ESTADO BURGUEÊS DE SUA FALÊNCIA

Em toda época em que existiu o Estado, este se estruturou sobre uma base econômica concreta, sobre uma forma de propriedade dos meios de produção, que define o conteúdo de classe do Estado. O Estado, estruturado sobre a base da grande propriedade privada dos meios de produção, é um Estado burguês, cuja missão é a de administrar os interesses gerais da classe dominante. A reforma do aparato Estatal, para que responda de melhor maneira aos interesses da burguesia, é um problema que interessou e interessa vivamente a classe dominante, que se vê na necessidade de ajustar periodicamente seu funcionamento, em função dos acontecimentos da luta de classes.

As massas oprimidas, que lutam por melhores condições de vida e trabalho, se chocam volta e meia com o Estado representante dos interesses gerais da classe dominante; nessa luta aprendem que uma determinada forma de Estado não é mais que instrumento coercitivo para impor a vontade da classe dominante e que, portanto, se querem se libertar dos elos da exploração e opressão, urge acabar com ele para pôr em pé

outro Estado que seja expressão dos interesses históricos do proletariado como caudilho do conjunto dos explorados e isso só é possível através da revolução social.

No país, faz tempo que o Estado Burguês está esgotado aos olhos das massas oprimidas, que arremetida depois de arremetida colocaram a urgência de sepultá-lo definitivamente. Para a burguesia, no seu afã de preservar o Estado Burguês, urge executar reformas em seu aparato estatal no empenho de desviar as massas da luta direta pelo poder político. O reformismo busca dar a impressão de que se executa um “processo de mudança estrutural” para, na prática, preservar o essencial, que é o regime de propriedade dos meios de produção que define o conteúdo burguês do atual Estado. Um Estado “autônomo” ou um Estado “centralizado”, continuará sendo um Estado Burguês na medida em que o embasamento econômico do mesmo continue siendo a propriedade privada burguesa. Na Bolívia, as massas amadurecem nesta experiência e tendem a superar o engano dos politiqueros MASistas no governo como o dos “cívicos direitistas” e seu regime “autônomo” farsante.